



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

ACTA N.º 2/2010

No dia vinte e cinco de Abril do ano dois mil e dez, pelas 11,00 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal, convocada nos termos Regimentais para a sua **PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: COMEMORAÇÕES DOS 36 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Foi distribuída a folha de presenças, tendo-se verificado as **presenças e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Manuel Pedro Mota Cordeiro, Eng.º;
- José Fernando Oliveira Serrano, Dra.;
- Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, Dra.;
- Marco Alexandre Marques Ramalho, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Maria de Fátima Mendes Cardoso Nunes, Dra.;
- António da Silva Letra.;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Francisco José Redondo Ferreira;
- Carlos Augusto Soares;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- António César Gomes, Dr.;
- Teresa Margarida Vaz Pedrosa, Dra.;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- Carlos Mendes Simões;
- António Abreu Gaspar;
- Evaristo Mendes Duarte;

Apresentou justificação:

- Jorge Manuel Simões Mendes, Dr.;

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Susana Isabel Anjo Lapo, Dra.;
- António Simões de Almeida;
- Júlio Dionísio Penedo;
- Aurélia Maria Ferreira Pinto Castanheira;
- Agostinho Fernandes Ramalho Bento;
- Carlos Miguel Simões Pimenta, Dr.;

Apresentou justificação:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;

Não apresentaram justificação:

- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- Nuno Ricardo Carvalho Ferraz, Dr.;

Da **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- João Augusto de Castro Ramos Pereira, Eng.º;

Da **BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA** verificou-se a **presença** do Senhor Deputado:

- David Manuel da Costa Carraca, Dr..

Estiveram presentes nesta Sessão 29 membros, pelo que a Senhora Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

COMEMORAÇÕES DOS 36 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. David Carraca, da Bancada do BE, que proferiu o seguinte discurso: “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Antes de mais, queria agradecer e dar os parabéns às nossas crianças e jovens, pela sua actuação.

Antes de escrever este texto efectuei uma pequena consulta na internet sobre a Revolução do dia 25 Abril, como é óbvio não para entender o 25 de Abril e os seus Ideais, mas sim para ler diversas opiniões, e a ideia que reti ao ler esses comentários sobre o Dia da Liberdade, é que 36 anos após a queda de uma Ditadura que durou 48 anos, muitos estão

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

desiludidos e que nos dias de hoje, o 25 de Abril perdeu muito do seu sentido. Não terá sido o 25 de Abril demasiadamente importante para tal desânimo?

Em Abril de 74, não abrimos as portas do paraíso, mas abrimos sim a porta para um Futuro Livre, para uma Sociedade mais justa, para o Progresso e para a Igualdade... bem sabemos que as expectativas foram muitas, e que a situação actual do nosso País não é a melhor. Temos uma juventude sem esperança no futuro, uma classe trabalhadora com sérias dificuldades para enfrentar o dia-a-dia e com a ameaça permanente do desemprego. Os nossos desempregados desesperam por empregos que tardam a aparecer, idosos confrontam-se com miseráveis reformas enquanto gestores se encontram numa dança de cargos usufruindo de escandalosos salários e prémios milionários. Estamos perante uma economia débil e uma riqueza mal distribuída, em que o fosso entre os mais pobres e os mais ricos é cada vez maior. A nossa Justiça é lenta, que urge uma reforma urgente. A classe política está descredibilizada, sem ideias e por vezes sem conhecimentos para governar este nosso Portugal.

O 25 de Abril foi o início de uma grande caminhada para Portugal e não o fim da mesma, os Ideais que motivaram a Revolução devem ser uma referência na nossa luta por um País melhor e todos temos a obrigação moral de transmitir esses Ideais às novas gerações, não permitindo assim que caiam no esquecimento e passem de meras referências em livros históricos e na internet. O maior erro que podemos cometer é acreditar que o que já aconteceu não voltará a acontecer...

Acreditando no espírito do 25 de Abril e para o bem dos portugueses, penso que seja premente uma “revolução” na mentalidade e atitude de todos nós. Tornando-nos mais interventivos civicamente, fazendo ouvir as nossas opiniões, críticas e sugestões, participando na vida activa das nossas Instituições. A fazer uso do poder do nosso voto nas Eleições Autárquicas, Legislativas, Presidenciais e Europeias, bem como nos Referendos, em vez de os ignorar. Praticar cada vez mais a Solidariedade para com o próximo, respeitando as diferenças e diversidades de cada indivíduo. Cultivar uma filosofia de maior empreendedorismo, de aprendizagem ao longo da vida e de sobrestima das nossas capacidades individuais e colectivas.

Só assim poderemos homenagear todos os que idealizaram e realizaram o 25 de Abril e continuar a manter vivos os seus Ideais, lutando por um Portugal melhor e com esperança no futuro.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira, da Bancada da CDU, que proferiu o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Início esta intervenção, saudando o vasto auditório da Rádio Popular de Soure que transmite em directo esta Sessão. Saúdo em especial os emigrantes deste Concelho

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

espalhados pelo Mundo e para quem as emissões desta Rádio são, provavelmente, um dos poucos elos de ligação com a sua terra.

A Revolução do 25 de Abril foi há 36 anos, o que significa que hoje quase metade da população portuguesa não a vivenciou.

Não presenciou, nem participou num dos momentos grandiosos da nossa época contemporânea, não fez parte de uma esmagadora maioria da população portuguesa que reclamou nas ruas um País de Justiça Social, Progresso e Desenvolvimento, onde a Paz e a Solidariedade constituíram as bases da Sociedade.

Esse era o paradigma da Revolução de Abril.

Foi ao som da *Grândola Vila Morena* que, em Portugal, se iniciou, em 25 de Abril de 1974, a libertação de um povo que sofreu um longo período de obscurantismo, de opressão, de atraso, de medo e de ausência de liberdades, realidade que felizmente os nossos jovens não viveram. Cabe-nos, por isso, um papel muito importante, que é o de procurar passar aos mais jovens o nosso testemunho deste acontecimento marcante da nossa História moderna. É uma obrigação de todos nós, mas é também a garantia de que perpetuamos na geração futura os Ideais Democráticos trazidos por Abril, é por isso que quero fazer uma saudação muito especial às crianças e aos jovens que participaram na primeira parte desta Sessão e, obviamente, estender esta saudação aos seus professores e aos responsáveis pela organização das Comemorações do 25 de Abril, neste Concelho.

Recordava ainda que a participação dos jovens não se limitou a esta Sessão. Crianças do 1.º Ciclo participaram no concurso de desenhos sobre o 25 de Abril e ao longo do dia, muitos irão participar no Torneio de Futebol das Escolinhas. E ontem, foram ainda os jovens do Clube Art` e Vícios, da Escola Secundária Martinho Árias, que animaram o Café Concerto, com que se iniciaram as Comemorações.

A preocupação de, a propósito desta data, promover actividades de carácter cultural, artístico e desportivo, que envolvam os mais jovens, é já uma característica das nossas comemorações.

Aos jovens, é preciso dizer-lhes que o 25 de Abril pôs cobro a um Regime Ditatorial que suprimia as Liberdades de Expressão, de Reunião, de Manifestação e de Associação; que proibia os Partidos Políticos, os Sindicatos e o Direito à Greve. É preciso dizer-lhes que no Fascismo havia Censura e Repressão pela Polícia Política. É preciso dizer que havia uma Guerra Colonial que durou 13 anos e deixou dezenas de milhar de mortos e feridos. Preocupa-nos o desconhecimento que, frequentemente, os jovens têm deste facto tão importante da nossa História recente. Desconhecimento de que nem sequer poderão ser culpabilizados mas cujas causas vão desde a inadequação dos programas escolares até ao papel determinante no apagamento e na ignorância da Revolução de Abril dos média, em especial da televisão, e com relevo para a pública.

Na realidade, o mais grave nem é o que acontece no Dia 25 de Abril, mas sim no que acontece ao longo dos outros dias do ano e não é apenas o silêncio acerca de Abril e das portas por ele abertas, mas é toda uma programação marcada pelo vírus do individualismo, que desmobiliza o civismo da superficialidade que liquida a clarividência da propaganda política ou económica que promove os valores anti-Abril.

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

Comemorar o 36.º Aniversário da Revolução de Abril é dar a expressão à mais exaltante realização do Povo Português ao longo da sua História recente.

Comemoramos esta data, não com uma atitude de quem cumpre um ritual passadista, como alguns desejariam, mas olhando para o futuro e tendo sempre na memória o significado e a importância do processo iniciado nesse dia. Um processo que viria a produzir profundas transformações na sociedade portuguesa. É recordar o tempo das leis que criaram o Salário Mínimo Nacional, o congelamento dos preços dos bens essenciais, o aumento do Abono de Família, o aumento das Pensões de Reforma e Invalidez, o Direito a Férias para todos os trabalhadores com um Subsídio equivalente ao salário, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a criação do Subsídio de Desemprego...

É lembrar também os heróicos militares, os Capitães do MFA - Movimento das Forças Armadas, que derrubaram o Fascismo culminando décadas de resistência e de luta.

É recordar o amplo e entusiasta levantamento popular que nas ruas celebrou e sufragou a Democracia nascente.

É também recordar as palavras do poeta da Revolução, em homenagem aos que pagaram pela Liberdade a coragem de lutar: *“quem o fez era soldado/homem novo, Capitão/mas também tinha a seu lado/muitos homens na prisão”*.

Estas conquistas revolucionárias ficaram consignadas na Constituição da República Portuguesa e continuam, ainda, a ser sólidos alicerces em que se sustenta o Regime Democrático.

Uma Constituição com uma matriz avançada na definição da República.

“Um Estado de Direito Democrático baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão, no respeito e na garantia dos Direitos e Liberdades fundamentais, visando a realização da Democracia Económica, Social, Cultural e aprofundamento da Democracia Participativa”.

Uma Constituição que no plano dos Direitos, Liberdades e Garantias, para além de perfilhar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, estabelece o Princípio da Igualdade, assegura a todos o acesso ao Direito e à Justiça.

Garante ainda a Liberdade de Imprensa e a sua independência perante o poder político e económico.

Garante a segurança no emprego, Liberdade Sindical, o Direito à Greve.

Consagra o Direito à Segurança Social e à Saúde, concretizado este através de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito.

O direito a uma habitação adequada.

O direito a um Ambiente ecologicamente equilibrado.

O direito à Educação e à Cultura.

O ensino gratuito na Escolaridade Obrigatória e progressivamente gratuito em todos os graus de ensino.

Obrigatoriedade de uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza.

É impressionante verificar hoje como, ao longo dos anos, sucessivos Governos não respeitaram a nossa lei fundamental. O estado em que actualmente nos encontramos deveria constituir a prova de que errada não estava a Constituição, erradas foram e são as políticas implementadas e apesar das várias revisões constitucionais, que têm procurado

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

desvirtuar a nossa Constituição e retirarem-lhe todo o seu conteúdo progressista, ciclicamente a Direita “volta à carga” tentando colocar na agenda política mais uma revisão como se fosse a Constituição Portuguesa a causa da situação em que se encontra o País e não as políticas implementadas que têm levado ao aumento do Desemprego, das desigualdades, da degradação da qualidade de vida e do bem estar dos Portugueses, que não têm em conta os interesses nacionais, as necessidades do País, mas vai “a reboque” dos grandes interesses económicos.

Uma das mais importantes conquistas da Revolução que a Constituição da República consagra é, ainda hoje, o Poder Local Democrático.

As Autarquias têm contribuído decisivamente para o Progresso e Desenvolvimento do País ao longo destes anos.

Confrontadas com o estrangulamento de meios financeiros pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, as Autarquias vêm-se a braços, hoje em dia, com enormes dificuldades que lhes impedem o cumprimento das suas obrigações constitucionais de defesa dos interesses das populações que representam.

Crescentemente são solicitadas às Autarquias respostas novas, na área Social, na Habitação, na Educação, na Cultura, na Defesa do Meio Ambiente, sem que o Poder Central garanta as necessárias compensações financeiras.

Defender o Poder Local e a manutenção do seu carácter democrático assenta em regras colegiais e de representatividade na defesa da autonomia e na participação das populações, é também defender Abril.

Olhamos para o 25 de Abril, não como um acontecimento datado e arrumado no tempo, mas como uma porta aberta para o futuro, confrontando a realidade presente com as ilusões progressistas que então alimentámos.

Afastámo-nos dos Ideais de Abril e, desde então, Portugal em vez de se aproximar do nível de vida da União Europeia, em que nos integramos já há mais de 20 anos, encontra-se cada vez mais recuado e a braços com uma grave crise de crescimento.

Sucessivos Governos, em que a alternativa sem a alternância de políticas tem sido o traço comum, promoveram a recuperação capitalista e foram agravando os problemas nacionais, as desigualdades e as injustiças e é a própria qualidade do Regime Democrático que se tem vindo a degradar.

Preocupantes tiques de autoritarismo perpassam na Sociedade Portuguesa. As sistemáticas suspeitas de corrupção dos mais altos responsáveis do Estado, a desconfiança crescente no Poder Judicial, o desrespeito pela actividade política, afastam cada vez mais gente do exercício do dever cívico, da participação democrática nas decisões nacionais.

São também sinais preocupantes da qualidade da nossa Democracia, a prática institucionalizada na classe política de não cumprir, na governação, as promessas que faz no período eleitoral. O descarado controlo sobre os Meios de Comunicação Públicos pelos Governos ou a promíscua relação entre ex-Ministros e Conselhos de Administração de Empresas Privadas, que mantêm negócios com o Estado.

A Democracia em que vivemos hoje é uma caricatura da Democracia Económica e Social que parecia possível em 1974.

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

Os grandes meios de comunicação são hoje também os responsáveis pela criação de um pensamento único, uniforme e acrítico, pela criação de uma falsa consciência da realidade cujo objectivo é perpetuar o poder dos seus proprietários - os grandes grupos económicos - e mesmo aqueles a quem estaria incumbida a prestação de um serviço público, a construção de uma cidadania crítica e informada, empenham-se na alienação e manipulação das consciências.

Vivemos hoje tempos difíceis!

É preciso ouvir as populações quando reclamam contra o encerramento dos Centros de Saúde, das Maternidades e Hospitais e de outros Serviços Públicos. Tudo isto em nome de duvidosos critérios de eficiência e de um falso rigor economicista.

De tudo isto não têm resultado progressos significativos, não melhora a produtividade, não aumenta o emprego nem o desenvolvimento. As desigualdades na repartição dos rendimentos nunca foram tão grandes em Portugal como são actualmente e nunca cresceram tanto como nos últimos anos. Somos, aliás, o único País da União Europeia em que nos últimos 10 anos aumentaram as desigualdades entre a população que mais rendimentos auferem e a mais pobre, em todos os outros Países esta diferença diminuiu e quando se pedem, cada vez mais, sacrifícios e se agravam as condições de vida dos trabalhadores e da população, os lucros líquidos dos 5 maiores grupos financeiros aumentam. Enquanto isto, 2.000.000 de Portugueses são pobres e cerca de 200.000 passam fome.

O endividamento das famílias portuguesas aumentou drasticamente, constituindo um factor de asfixia e dependência de milhões de Portugueses face à Banca. O País atravessa uma grave crise, o Povo não tem dinheiro, mas os lucros da Banca aumentam cada vez mais.

Regista-se uma diminuição do consumo interno em resultado da degradação do valor dos salários, reformas e pensões, o desemprego atinge mais de 600.000 trabalhadores e a precariedade afecta hoje 1 em cada 4 trabalhadores. É esta situação que tem conduzido a uma política de obsessão orçamental, que se traduz na restrição do investimento público nas Políticas Sociais, na Segurança Social, na Saúde e na Educação. Ao mesmo tempo, desenrola-se uma ofensiva contra os trabalhadores, contra os seus Direitos Laborais e Sociais e é novamente sobre os trabalhadores que recaem as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento - PEC -, no entanto, deixam de fora os verdadeiros responsáveis pela situação a que chegámos - os grandes Grupos Financeiros, o Capital especulativo -. Congelam-se salários dos trabalhadores, muitos deles pouco mais do que o Salário Mínimo, mas ignoram-se os escandalosos salários e prémios dos Administradores das Empresas Públicas, muitos deles 7/8 vezes superiores ao do Presidente da República.

Está em curso uma nova tentativa de privatizar, mais correcto seria dizer delapidar dezenas de empresas estratégicas para a economia nacional - TAP, GALP, REN, CTT... -.

Para que Portugal mude e atinja os patamares de Progresso e Desenvolvimento a que tem direito pelo seu passado, pelas suas potencialidades naturais, pela sua capacidade como povo determinado - já o revelou ser ao longo da sua História de 8 séculos -, é necessário inverter as políticas que têm sido seguidas neste passado recente.

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

É necessário que o Portugal de Abril se cumpra de uma vez para sempre. É na consciência que continua vivo o Povo Português dos Direitos que Abril nos deu e das portas que Abril abriu, que reside a esperança e a confiança num futuro melhor.

Celebramos o 36.º Aniversário do 25 de Abril num tempo em que prevalecem os valores do egoísmo, do individualismo e se sucedem os apelos ao conformismo. Num tempo em que o lucro desmedido e sem limites é o paradigma do tempo presente.

Celebramos mais este Aniversário de Abril com a confiança e a esperança num povo que ao longo da nossa História soube sempre tomar nas suas mãos o seu próprio destino.

Comemoramos Abril, dispostos e determinados a prosseguir a luta pelos seus Ideais e Valores. Por um Portugal justo, fraterno e solidário.

Viva o 25 de Abril!”

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Susana Lapo, da Bancada do PSD, que proferiu o seguinte discurso: “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Soure, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Deputados Municipais, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Soure, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de Soure, Excelentíssimos Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

São já trinta e seis os anos que passam sobre a recuperação da Liberdade e da Democracia. São já anos de maturidade. Este ano completar-se-á também um século sobre a nossa República.

Já devíamos estar, portanto, numa fase de aperfeiçoamento da nossa República e do nosso Regime Democrático, concretizando os seus Ideais de Igualdade, Liberdade e Progresso.

Mas o Progresso não é certamente aquele que todos desejávamos. Está ainda muito aquém do que legitimamente esperamos. Subsistem zonas do nosso País onde faltam ainda muitos Equipamentos Sociais, oportunidades de trabalho, qualidade de vida...

A Liberdade, essa, é ainda estranhamente furtada ou condicionada em episódios esporádicos de abusos de poder.

E a Igualdade? Onde está a Igualdade?

Foi preciso uma crise económica global para nos mostrar as escandalosas, imorais, obscenas desigualdades, nomeadamente no que toca aos rendimentos de alguns protegidos do Regime, não ganhando, mas recebendo em poucos dias aquilo que um honrado trabalhador comum nunca receberá em toda a sua vida de trabalho.

Não se diga que tais rendimentos premeiam o mérito quando o País mantém no desemprego jovens ou menos jovens que nem o seu mérito têm oportunidade de demonstrar. Nem que tentam segurar os melhores cérebros do País. Melhor passaríamos sem muitos desses cérebros e, mais uma vez, os cérebros daqueles a quem não são dadas oportunidades se desenvolveriam.

A verdade é que, por vezes, muitas vezes, demasiadas vezes, o caminho que levou a esses cargos principescamente remunerados não foi o mérito ou a capacidade cerebral mas antes o obscuro mundo dos conhecimentos pessoais, das trocas de favores, do conluio em actividades que não conhecemos.

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Depois vem a crise e pagamos todos. Alguns sugam o que o País não podia nem devia dar e para repor a estabilidade financeira do Estado, a todos nós é pedido sacrifícios.

Muitos de nós, quase todos, iniciámos uma carreira com expectativas de estabilidade e desenvolvimento pessoal, incluindo naturais progressões e regalias, nomeadamente na aposentação, e a meio vemos tudo isso transformar-se em ilusões. E depois, lemos nos Jornais ou no Diário da República, Remunerações Escandalosas, Pensões de Políticos e Gestores Públicos que são obscenas, indemnizações completamente imorais.

E há depois as fraudes. E mais fraudes. Com tantos números que nos custa imaginar o verdadeiro valor do tema de conversa.

E de novo a crise. E, outra vez, todos a pagar. Da mesma forma, pois claro, que todos somos Portugueses.

Antes, uns foram mais Portugueses. Mas quando falamos de crise, todos somos iguais. E, para piorar, nem a Justiça está a funcionar de modo satisfatório.

É por isso que achamos que muito há a fazer para consolidar os Ideais da República e do 25 de Abril.

Muito há a melhorar para conquistar a Igualdade e Equidade de todos os Portugueses.

Em primeiro lugar é preciso muito mais participação cívica do nosso Povo. Esse Povo que é trabalhador, consciente, justo.

Esse Povo não se calará perante injustiças...

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!"

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º Pedro Mota Cordeiro, da Bancada do PS, que proferiu o seguinte discurso: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Restantes Membros dos Órgãos Autárquicos eleitos do Concelho, Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure, Senhoras e Senhores convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Como acontece um pouco por todo o País, também nós nos encontramos aqui hoje para celebrar a data que seguramente mais marcou a História recente do *Portugal Moderno*, o 25 de Abril.

Evoco o feito daqueles que, na madrugada do 25 de Abril de 74, deram início ao processo de derrube da Ditadura de Salazar e Caetano, abrindo desse modo o caminho ao triunfo da Democracia.

Para eles, uma vez mais o meu / nosso muito obrigado.

Evoco, também, todos aqueles, Homens e Mulheres, que, de forma espontânea mas decidida, desde as primeiras horas, se associaram ao Movimento das Forças Armadas, imprimindo-lhe a peculiar marca revolucionária que o caracterizou. A todos, nos quais se incluem alguns de nós aqui presentes, um reconhecido muito obrigado.

Relembro os tempos que se seguiram, caracterizados por uma espécie de euforia colectiva, pela avidez com que todos ou quase todos procuravam a realização dos Ideais de Justiça e de Liberdade, de que durante tanto tempo tinham sido apartados.

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

Recordo o empenhamento daqueles, muitos, que, passada a exaltação inicial, se dedicaram de forma abnegada e em nome de convicções profundas, à implantação de um regime verdadeiramente democrático, que garantisse a todos o exercício dos Direitos Fundamentais.

Fruto desta dedicação e empenhamento, foram eleitos os Deputados constituintes, a quem foi cometida a nobre tarefa de elaborar e votar a Lei Fundamental - *as bases da organização política do Portugal que hoje somos*.

Seguiu-se a investidura dos governantes, por meio de eleições nacionais livres, e a instalação do Poder Local, este Poder Local a que nos orgulhamos de pertencer, balizado na Constituição e nas Leis, e legitimado pela escolha, sempre livre, dos eleitores.

Concluiu-se, deste modo, a organização política democrática, requisito essencial para a concretização dos Ideais de Abril, - o acesso livre e universal ao Trabalho, à Saúde, à Educação, à Cultura, à Justiça e à Habitação.

Por tudo isto, muito obrigado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, é bem possível, e até natural, que alguns de entre vós se interroguem sobre o sentido de comemorar um evento, volvidos 36 anos, durante os quais tanta coisa mudou.

A resposta no entanto, é, a meu ver, simples: faz todo o sentido.

Faz sentido, em primeiro lugar, para aqueles que, como nós, viveram a opressão e o obscurantismo da Ditadura, para que nunca se esqueçam do quanto custou a Liberdade, nem mesmo quando, ou porventura sobretudo quando se vejam confrontados com o evoluir da sociedade em sentido diverso daquele que consideram o caminho certo. Mesmo que, em algum momento, assim possamos pensar, não devemos esquecer que a Liberdade e a Democracia em que vivemos, nos permitem justamente participar activamente na vida política, influenciando e moldando o futuro, e que essa Liberdade e essa Democracia são fruto da Revolução de Abril.

Mas faz sentido também para aqueles, mais jovens, que felizmente nunca viveram a experiência de ausência de liberdade, para que não tomem esta realidade por segura e sobretudo não se deixem tentar pelos apelos insidiosos dos mais saudosistas, xenófobos e reaccionários que, perante os momentos difíceis, como os que agora atravessamos, fazem a apologia do regime ditatorial, apontando a Liberdade e a Democracia como causas de todos os males que assolam a Sociedade.

A Democracia não é um sistema perfeito - *é verdade* - pois não há sistemas perfeitos - mas é seguramente o que de mais próximo da perfeição se conhece no Governo dos Povos e aquele que permite o seu próprio aperfeiçoamento contínuo por meio da participação activa de todos.

Como disse um dia um grande político: *A democracia é o pior dos sistemas, excluindo todos os outros*.

Faz, pois, todo o sentido comemorar o 25 de Abril. É imperioso que não nos esqueçamos disso. Minhas Senhoras e Meus Senhores... sem pretender fazer o balanço e o juízo do que foi feito desde 1974 até agora - pois esse papel deve a História desempenhá-lo - não posso deixar de referir que o enorme atraso que há 36 anos nos separava da Europa, resultado da governação obscurantista e aberrante da Ditadura, está longe de ter sido vencido,

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

apesar do enorme progresso feito em áreas tão fundamentais como a Saúde, a Educação, a Cultura...

A frieza dos números, no entanto, teima em colocar-nos, nestas como em outras áreas, se não na cauda, pelo menos nos lugares mais humildes do ranking dessa Europa a que, em boa hora, aderimos.

Se recusamos por um lado, como já deixámos dito, fazer o juízo ou o balanço do que foi feito, não podemos demitir-nos do dever que, em Democracia, cabe a todos e a cada um de nós: o de procurar contribuir, com a nossa reflexão, com o nosso empenho, para inverter este estado de coisas.

Alguém disse recentemente que a realidade da Economia irá derrotar a Democracia. É fatalismo que me recuso aceitar.

Não é preciso ser-se especialista em matéria económica para compreender que o bem-estar social, a plena satisfação do direito à Saúde, à Educação, à Habitação, ao Trabalho, dependem do nível de prestação da Economia.

E se se concluir, como não podemos deixar de fazer, que a nossa Economia não apresenta um desenvolvimento tão satisfatório quanto todos gostaríamos, torna-se imperioso tomar as medidas adequadas a esse desenvolvimento.

Mas a escolha das medidas não é neutra... é por aqui, pelas opções que se tomam neste domínio, que, em Democracia, os adversários políticos se distinguem. Hoje em dia, esbatidas as divergências ideológicas que separam os partidos políticos democráticos, a sua diferenciação faz-se sobretudo pelos Princípios, Valores e Objectivos que presidem às reformas propostas.

É, neste domínio, decisiva a concepção do papel do Estado e a medida da sua intervenção nos diversos sectores da Sociedade.

Situamo-nos claramente no conjunto daqueles que entendem que o Estado não se deve limitar ao papel de mero “árbitro neutro” no que à Economia diz respeito, antes lhe cabendo, evidentemente dentro dos limites impostos pela Comunidade Europeia, a que livremente aderimos, o papel activo de regulador e orientador estratégico do Desenvolvimento.

É neste pressuposto e dentro destes limites que cabe ao Estado intervir: impulsionando estrategicamente o desenvolvimento económico; regulando eficazmente a actividade dos respectivos agentes; orientando esse mesmo Desenvolvimento em ordem à Prossecução dos Objectivos e à Satisfação dos Valores que constituem os Ideais de Abril.

Bem sabemos, como acabamos de deixar transparecer, que este papel do Estado, esta liberdade de definição da sua actuação se encontra, muito naturalmente, aliás, sujeita às regras da Comunidade da Europa, onde nos inserimos.

Esta escolha acarreta para o Estado um especial dever de rigor e transparência, para que não pareça que, sob a capa de opção política legítima, se faça aproveitamento indevido do Estado em favor de apenas alguns.

Não será tolerável alimentar o clima de suspeição, que não raro tende a instalar-se, e impende sobre alguns órgãos ou agentes do poder político, seja ele nacional ou local.

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Neste sentido, para além de medidas acertadas de cariz técnico-económico, que as ciências da economia não deixarão de ditar, urge a tomada de medidas de natureza política que propicie e induza o desenvolvimento segundo o modelo por que optamos.

É necessário, desde logo, um combate sério e persistente, à corrupção.

Seria ingénuo pensar-se que é possível a erradicação deste fenómeno. Ela está presente, por diversas formas, um pouco por todo o lado, constituindo quase um corolário das instituições humanas. Mas a medida da sua extensão espelha o grau de degradação dos Valores da Sociedade. E a dimensão que o fenómeno da corrupção atingiu entre nós, com a torrente de novos casos que surgem, a cada dia, na Comunicação Social, espelha bem o estado de degradação a que chegaram os nossos Valores, o quanto nos vamos deixando afastar dos Ideais do 25 de Abril.

É imperioso mudar este estado de coisas.

É, desde logo, necessário que as regras disciplinadoras dos procedimentos da Administração Pública sejam aptas a propiciar uma Administração transparente e isenta. A Administração Pública não pode ser partidária nem deve actuar em segredo.

É preciso que as regras da contratação pública, independentemente das modalidades de vinculação que visem estabelecer, sejam absolutamente transparentes e privilegiem o Concurso Público, em detrimento de quaisquer negócios particulares que, neste caso, tendem sempre a ser interpretados como de favor.

“À mulher de César não basta ser séria, tem de parecê-lo”.

Só com regras transparentes, que garantam a todos a possibilidade de poder aceder aos processos de contratação com o Estado, com o Concurso Público como regra, se podem afastar definitivamente as suspeições que, muitas vezes infundadas, é certo, sempre acabam por pairar sobre os negócios públicos, seja na Adjudicação de Empreitadas de Obras Públicas, seja na Aquisição de Bens e Serviços, seja até, mais recentemente, na Contratação de Pessoal, quando tais negócios são firmados mais ou menos em surdina, longe de olhares indiscretos, sem que tenha sido dada a todos os eventuais interessados a possibilidade de neles participar.

Por formação académica e formação ou deformação profissional - sou Engenheiro Civil, ligado à Construção - não sou particularmente adepto de rituais burocráticos.

No entanto, todos reconhecemos que, em Democracia, a forma é importante. E que há procedimentos, porventura considerados fastidiosos nas relações entre privados, que a Administração Pública não deve nem pode dispensar. É o respeito por estes procedimentos que justamente nos garante a Transparência e Isenção da Administração.

É, ainda, urgente dotar a Sociedade de Leis que visem o combate deste fenómeno da corrupção.

Leis tão claras e simples quanto possível, sem alçapões, para que destinatários e aplicadores não se enredem em disputas processuais intermináveis, que apenas têm como resultado o arrastar interminável dos casos nas diversas instâncias. Mas é sobretudo necessário dotar as Instituições a quem compete combater a corrupção, de meios materiais e humanos capazes de travar com sucesso este combate.

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Para isso é necessário empenhamento firme, vontade política inabalável e perseverança na prossecução destes objectivos, não esquecendo que as restrições orçamentais a que estamos obrigados não podem levar a cortes cegos neste domínio, sob pena de comprometermos irremediavelmente o resultado deste combate, com perdas bem maiores do que os ganhos aparentes das poupanças.

Não faz sentido, e não é, por isso, tolerável, apontarmos ao Ministério Público falta de eficácia, ao mesmo tempo que vemos os seus representantes declararem perante comissão especializada da Assembleia da República, que não têm no seu Orçamento nem sequer dinheiro para oferecer um almoço a um dos Senhores Deputados.

E não podemos, por isso, aceitar como justas ou razoáveis as críticas daqueles que apontam como desperdício o investimento em meios para colocar ao serviço de organismos de controlo, quando se trata de custos com aquisição de meios necessários ao exercício dessas funções, por parte dos Órgãos da Administração, como aconteceu recentemente com a aquisição de 400 viaturas para a Inspeção do Trabalho.

Mas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, é, sobretudo, necessário modernizar a Administração Pública.

O diagnóstico está feito há muito e é mais ou menos consensual: a Administração Pública necessita de Reforma... Tradicionalmente conservadora, ensimesmada e opaca, a Administração Pública, para poder ser agente de modernidade, deve abandonar os rituais de "arcana praxis" a que, no passado, esteve ligada (e ainda persistem em alguns sectores, embora de expressão já quase residual) e assumir um compromisso sério com os cidadãos, tornando-se empática, transparente e despida de preconceitos, aberta à utilização das novas tecnologias, de que deverá servir-se para melhoria da sua acção.

Todos reconhecemos, a começar pelos próprios Agentes da Administração Pública, que nem tudo vai bem na vulgarmente apelidada de "Função Pública".

É uma situação que, aliás, não é de agora.

Porém, apesar do que acabámos de dizer e ao contrário do que poderia pensar-se, a transformação já teve início há muito tempo e os resultados já obtidos, por meio de uma transformação tranquila, mas coerente, já se fazem notar. Tomo o exemplo de um sector até há relativamente pouco tempo considerado dos mais conservadores e impenetráveis: a Administração Fiscal.

Sem alarido, de forma discreta, mas tenaz, a Administração Fiscal, de um serviço tradicionalmente considerado dos mais retrógrados, conservadores e fechados, foi-se transformando num serviço moderno, empático, e tão transparente quanto a sua área de "negócio", *permita-se a expressão*, o permite.

Renovou, na medida do possível, os quadros, de forma gradual e progressiva, de modo a que o "know-how" dos mais velhos pudesse ser absorvido pelos que os vão substituindo, assegurando a continuidade e estabilidade essenciais ao bom funcionamento de qualquer Instituição.

De facto, é hoje possível o relacionamento com a Administração Fiscal quase exclusivamente pela via electrónica e os Contribuintes, de um modo geral, têm aderido maciçamente, de forma voluntária na maioria dos casos.

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

É o culminar de um processo que fez o seu caminho, com um tempo próprio, levando os Contribuintes a mudar os seus hábitos, partindo de uma posição de desconfiança no sistema, para aderir a ele, tomando-o por quase natural. Houve, arriscamos dizê-lo, uma pequena Revolução de Hábitos de Cultura. Este processo evoluiu ao longo de cerca de 12 anos.

As reformas mais vastas da Administração Pública encetadas em data relativamente recente não devem ignorar as experiências que as precederam.

Para serem bem sucedidas têm de ter a adesão de todos os intervenientes: mentores, agentes e destinatários.

Seria ingénuo acreditar que as reformas de que o país necessita pudessem ser implementadas com sucesso apenas pelo voluntarismo de alguns, por mais bem intencionados que sejam, como se o processo de modernização fosse, como alguém disse, uma roda quadrada que é preciso empurrar permanentemente, e para a fazer andar bastasse o impulso desses quantos voluntariosos, sem curarem de fazer passar a mensagem, explicando as vantagens das soluções propostas.

Em Democracia, repito, em Democracia, não há processo de transformação que triunfe sem a adesão da maioria. E é necessário, por vezes, paciência e sobretudo muita tenacidade para explicar uma vez e outra e outra, tantas quantas forem necessárias para que o País perceba as reformas que lhe são propostas.

Seria insensato supor que as reformas de que o País necessita possam ser aplicadas e possam vingar, sem o concurso daqueles de quem depende a sua concretização.

Em Democracia, seria insustentável reformar a Justiça sem o concurso dos seus agentes: Magistrados e Funcionários.

Em Democracia é insustentável tentar reformar a Educação sem o concurso dos seus agentes: os Professores.

Em Democracia é intolerável a reforma da Saúde sem os seus agentes: os Profissionais de Saúde.

Seria criminoso intentar a reforma da Administração contra tudo e todos, fazendo tábua rasa da experiência e do saber acumulados ao longo de décadas.

Em resumo: em Democracia é impossível reformar o Estado e a Administração Pública sem que os Cidadãos compreendam o sentido e o alcance das reformas, sem que os agentes dessas reformas a elas adiram e nelas se empenhem e sobretudo sem a experiência e os conhecimentos de todos os que, ao longo das suas vidas, se dedicaram ao serviço público.

Não se quer com isto dizer que todos os cidadãos adiram às reformas preconizadas.

Os regimes democráticos, como é o nosso depois do Abril que agora comemoramos, caracterizam-se pela participação de todos os Cidadãos na definição dos destinos colectivos, mas também pelas regras de decisão das maiorias. A reforma não tem de ser apoiada por todos, mas carece do apoio da maioria.

Também não queremos dizer que as transformações que se impõem devam ser aceites por todos os seus agentes. Não ignoramos a existência de interesses corporativos, que não raro se apoiam na inércia da burocracia administrativa.

Mas seria errado concluir daí que as reformas devem ser impostas contra o senso comum, contra o sentimento da maioria das populações e dos seus agentes.

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Em momentos de crise, como é seguramente o que agora vivemos, é relativamente simples ceder à tentação de apontar o dedo àquele ou aqueles grupos que, pelas circunstâncias do momento, parecem ser relativamente menos vulneráveis aos efeitos devastadores dessa crise.

A crise económica que atravessamos, geradora, entre outras, da chaga social avassaladora que é o desemprego, por via do qual centenas de milhares de famílias são atiradas para o risco da Exclusão Social, gera a tentação fácil de apontar o dedo àqueles que se encontram menos expostos ao risco de desemprego: os Funcionários Públicos.

São calaceiros, são em número excessivo, têm privilégios inaceitáveis e de todo injustificados... são a causa e fonte de todos os males que nos afligem.

Nós, Funcionários Públicos, compreendemos bem as dificuldades que o País atravessa.

Nós, Funcionários Públicos, compreendemos bem, e por isso aceitamos, que possam ser tomadas medidas excepcionais, para durarem enquanto razões excepcionais o justifiquem, para responder à situação também excepcional que atravessamos.

Mas não compreendemos, como ninguém compreenderá, e por isso não aceitamos, que, em Democracia, como é o Regime que nos legou o 25 de Abril, se não possa confiar no Estado.

Ninguém compreende, e portanto, também nós não compreendemos, que ao fim de 15, 20, 30 ou mais anos de trabalho, venha agora o Estado dizer que as regras ao abrigo das quais se consolidaram Direitos ou pelo menos legítimas expectativas - que o Direito não pode deixar de proteger - que tais regras, dizíamos, afinal não tinham qualquer valor, porque estabelecem regime diferente do aplicável aos não funcionários. Dizem-me que esta tentativa de impor retroactivamente novas regras, de destruir direitos legitimamente firmados, é inconstitucional; não sou especialista na matéria, mas entendo que é, seguramente, arbitrária, injusta e imoral.

Refiro-me, neste passo, como todos certamente já teremos entendido, à alteração das Regras de Aposentação dos Funcionários Públicos, recentemente aprovadas no Parlamento.

Neste contexto, como pode o Estado, como pode a Sociedade, esperar dos Funcionários Públicos, ou “Prestadores de Funções Públicas”, como agora se diz, total adesão e empenhamento no processo reformador de que tanto se necessita, quando são sistematicamente desrespeitados os seus Direitos mais elementares, alguns deles, aliás, solenemente proclamados há bem pouco tempo, precisamente por aqueles que agora se propõem ignorá-los?

Não se pode permitir, desde logo, que as Instituições Públicas pretendam justificar as medidas que querem ver aplicadas culpabilizando os grupos profissionais seus destinatários pelo resultado de erros passados, os quais são, em primeira mão, da responsabilidade dessas mesmas Instituições.

Não se pode permitir que, em nome de um pretenso Princípio de Igualdade, sejam postergados legítimos direitos dos colaboradores da Administração Pública, construídos ao longo de longas carreiras, em condições desiguais, só porque se traduzem em aspectos parcelares mais favoráveis, sem sequer se ter o cuidado de, em nome desse mesmo

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Princípio, assegurar um tratamento mínimo de Igualdade, em outros aspectos cujo desequilíbrio pende para o lado dos mesmos funcionários. Senão veja-se: em nome de que princípio, em nome de que tratamento igualitário se pode admitir que os Aposentados da Função Pública não possam prestar quaisquer serviços, a qualquer título, à Administração Pública, ao mesmo tempo que os Reformados do Regime Geral têm toda a liberdade para prestar aqueles serviços?

Os Funcionários Públicos não merecem o labéu que sobre eles tem sido lançado.

O Estado não se pode permitir essa indignidade.

A crise instalada não pode justificar tudo.

Diremos até, que, se alguma coisa ela pode justificar, é precisamente a tomada de decisões e medidas que ponham em prática os Valores Éticos e Morais que deverão servir-nos de referência.

Não podemos continuar a assistir ao espectáculo chocante na Comunicação Social que é o alardear de salários e prémios multimilionários, atribuídos a Gestores Públicos e Privados perante a passividade do Estado, que parece nada ter a ver com o assunto, ao mesmo tempo que vemos o anúncio, por parte do mesmo Estado, de medidas cada vez mais gravosas, a aplicar indiscriminadamente sobre quem trabalha, indiferente, *ao menos na aparência*, às graves consequências que advêm de tais medidas.

E se, em alguma medida - mas só em certa medida - se pode compreender que se diga que, em matéria de remunerações, as opções dos privados aos privados pertencem, de modo nenhum se pode tolerar que aos Gestores Públicos se atribuam benesses e prémios escandalosos, quando até acontece que o lugar que ocupam já deriva de favor do Estado.

Estas situações não podem continuar, sob pena de se acabar com o que resta da credibilidade das Instituições Públicas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores...

O 25 de Abril, que agora saudamos, veio proporcionar ao Povo Português a maior das liberdades: *a Liberdade de Escolha dos Princípios e Valores pelos quais se devem pautar, antes de mais, as Instituições Públicas.*

Assim, as medidas que ao Estado cabe tomar, reflectindo opções por Princípios e Valores, não são eticamente neutras. Têm de conformar-se com os Princípios e Ideais de Abril e não devem trair a confiança dos Cidadãos.

Só assim, estou certo, poderemos cumprir Abril.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!"

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, proferindo o seguinte discurso: "Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e de Assembleias de Freguesia, demais Autarcas de Freguesia, Senhores Presidentes e Representantes das múltiplas Instituições Concelhias dos mais diversos domínios aqui presentes, Senhor Comandante Operacional Distrital, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Representantes da Comunicação Social, e, cumprimentando a Rádio Popular, quero

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

cumprimentar também o seu vasto auditório, designadamente, a comunidade de emigrantes do nosso Concelho... no fundo, também aproveitar o dia de hoje para dirigir uma saudação muito particular aos Sourenses espalhados pelo Mundo.

“Cumprido” o Protocolo, gostaria também, como é hábito, de fazer algumas breves considerações...

Nós estamos hoje a festejar o 36.º Aniversário do 25 de Abril de 1974... não sei se esta é também a minha 36.ª intervenção... se não é, sob as mais diversas qualidades, todas de natureza política, estou perto disso... É uma vantagem, sendo que também tem inconvenientes... quando todos os anos se fala a propósito da comemoração de uma data, nós sentimos que sabemos exactamente o que nos traz cá, mas também não é fácil podermos cultivar a saudável diferença entre o que entendemos dizer e aquilo que possamos dizer de diferente, captando atenções... há uma coisa que vos garanto: com maior facilidade ou com menor dificuldade, não estou a intervir aqui hoje - não gosto nada de quem faz isto - por mero cumprimento de uma qualquer obrigação protocolar!!!... Estou a intervir porque tenho sempre o maior orgulho, a maior satisfação interior de, nesta data, tão importante que até permite que, por vezes nos divirtamos, por vezes nos cansemos de ouvir os políticos... mas, tudo isto é também um resultado daquilo que foi a mudança extraordinária que se operou no 25 de Abril de 74, que foi naturalmente a Conquista da Liberdade e a possibilidade de falarmos livremente...

Quero também, numa segunda consideração, cumprimentar justamente a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno e cumprimentando-a, cumprimentar os três Membros da Mesa da Assembleia Municipal, os representantes de cada um dos Partidos Políticos com assento na mesma, isto é, todo o Grupo de Trabalho que, por si coordenado, desenvolveu mais este excelente Programa Comemorativo... quero por isso saudar-vos a todos, saudando-a a si...

Quero também, naturalmente, agradecer a todas as Entidades apoiantes: a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure, a Sociedade Filarmónica, Recreativa e Beneficente Vilanovense, o Grupo de Artes de Palco de Vila Nova de Anços, o Agrupamento de Escolas de Soure, o Instituto Pedro Hispano, o INTEP - Pólo de Soure, a Rádio Popular de Soure... todas elas deram contributos, como aliás têm dado ao longo dos anos, que têm sido decisivos, eu diria mesmo essenciais, para que as coisas corram bem...

Aproveito para felicitar os \approx 100 alunos de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de 9 das 12 Freguesias do Concelho, que participaram no Concurso “Conhecer Abril” e que entregaram próximo de 100 desenhos... Quero saudar todos esses jovens, quero agradecer a participação amigável e dedicada das professoras e professores envolvidos... Quero cumprimentar as famílias e quero, naturalmente, dar os parabéns aos que foram justamente contemplados porque além de terem participado, pelos vistos, fizeram óptimos trabalhos...

Aproveito também para felicitar as 211 crianças, oriundas de 10 das 12 Freguesias, que integram as 22 equipas - um verdadeiro recorde - que estão a disputar o Torneio da Liberdade, o Torneio Escolinhas/Torneio de Futsal, que, aliás, está a decorrer... É de

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

facto uma evidência que, através do Desporto, se procura tornar assim possível que os mais jovens, que não viveram Abril, tenham uma noção exacta do seu significado histórico ou, pelo menos, de que é uma data para mais tarde continuarmos sempre a recordar...

Eram essencialmente estas as considerações que pretendia fazer... Hoje é um dia de festa, de alegria... mas, este é também um momento em que tenho a obrigação política de partilhar convosco, como sempre fiz ao longo destes anos, a reflexão que me parece mais oportuna, mais adequada... e, a este nível, o que é que vos posso dizer?... Que, hoje por hoje, Portugal, a Europa, quase todo o Mundo, estão confrontados - que grande novidade - com uma grave crise económica cujo indicador que mais mexe connosco, com as famílias, é o crescimento alarmante do desemprego e os efeitos sociais negativos que daí resultam... porém, não nos bastava a crise económica e nós temos também uma crise de valores... Não podemos ignorar que, neste momento, os cidadãos têm uma desconfiança colectiva nas Instituições, têm desrespeito, têm descrédito pelos seus responsáveis... por isso, se estamos a atravessar estas duas crises - económica e de valores -, há dois Desafios Fundamentais sobre os quais, ainda que de forma muito sintética e de passagem, vos devo falar...

Que desafios são esses?... um é o desafio da melhoria da qualidade da Democracia... Se não melhorarmos a qualidade da Democracia, não podemos contribuir para que acabe a crise de valores, para que seja devolvida a confiança dos cidadãos, para que seja reposta a credibilidade das Instituições e dos seus responsáveis... aqui, os Agentes Políticos têm uma palavra muito clara a dizer... os agentes, não apenas políticos, mas os responsáveis, têm que dar o exemplo mostrando que no desempenho das suas funções têm capacidade de trabalho, são rigorosos, têm sensibilidade e consciência social, têm decência e elevação, repudiam, não praticam nem a demagogia, nem a mentira!!!... É fundamental que procuremos dar estes exemplos no dia a dia e, a este nível, o que é que se verifica no Concelho de Soure?... Temos uma gestão autárquica que procura decidir com base no conhecimento efectivo da realidade concelhia; temos uma gestão autárquica que tem a tal sensibilidade e a tal consciência social; temos uma gestão autárquica que mantém uma relação de proximidade, mas, com diálogo eficaz com as pessoas; temos uma gestão autárquica rigorosa, credível... reparem, nos últimos 6 anos os nossos Graus de Execução das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - foram sempre superiores a 95%; em 2009 preparamo-nos para aprovar os Documentos de Prestação de Contas com uma Execução próxima dos 99%... Isto chama-se rigor, chama-se credibilizar e, por isso, no Concelho de Soure, nós estamos a combater, de forma efectiva, a crise de valores porque, no dia a dia, estamos a fazer tudo para melhorar a qualidade da Democracia!!!... por isso, estamos, também a este nível, completamente tranquilos... Mas há outro desafio... há crise económica, há instabilidade social... Qual é a resposta?... Só pode ser uma... é aprofundarmos, ainda mais, a Democracia Social... E como é que se poderá vencer este outro desafio, como é que se pode aprofundar, ainda mais, a Democracia Social?... Em termos nacionais, é preciso canalizar dinheiros públicos para que sejam dadas respostas concretas às famílias claramente em dificuldades, mas, com regras, para moralizar e credibilizar... Não nos podemos demitir de o fazer... É preciso adoptar medidas fiscais

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

que claramente sejam progressivas, que obriguem a mais aqueles que podem mais... temos que caminhar nesse sentido, de os levar a pagar mais do que os que têm menos recursos ou mesmo dos que não têm recursos, porque temos que moralizar, que credibilizar... mas, não podemos apenas dizer que falta tudo fazer, porque não é verdade... Temos de dizer que continuamos satisfeitos com o que está feito mas que temos ainda muito por fazer, naquilo que é a Prestação dos Serviços que respondem às necessidades básicas dos Cidadãos... por exemplo, aqui, o Abastecimento Público de Água, o Saneamento Básico... em termos nacionais, por exemplo a Educação, a Saúde... a Prestação destes Serviços tem que ter uma lógica de racionalidade económica ou social, tem que estar ao serviço dos Cidadãos, não tem que estar ao serviço de grupos, não tem que ter uma lógica meramente economicista!!!...

E nós, no Concelho de Soure, o que é que estamos a fazer?... Temos uma Oferta Educativa universal, para todas e para todos, mas, acima de tudo - e temos orgulho nisso -, para, por igual, prestar todos os serviços aos que menos podem ou aos que nada podem!!!!...

O que é que estamos a fazer em termos de Acção Social?... Em termos de prestar serviços aos estratos mais vulneráveis... Às crianças, aos deficientes, aos idosos, aos que têm problemas de grave carência habitacional... Estamos, sem propaganda, de forma discreta, diligente e responsável a dar respostas... Por exemplo, a providenciar e a resolver problemas de habitação às famílias que têm grave carência habitacional, a contribuir para a melhoria das respostas sociais aos tais estratos mais vulneráveis...

O que é que estamos a fazer no Concelho de Soure, por exemplo, também em termos de Regulamentos Municipais?... Temos Regulamentos Municipais em vigor com consciência e com sensibilidade social... Por exemplo, o Regulamento Municipal relativo ao Abastecimento Público de Água e ao Saneamento, contempla expressamente a possibilidade de tratamento excepcional para famílias em dificuldades... mas, sem propaganda inútil, pois não devemos navegar politicamente em cima das dificuldades sociais das famílias com poucos ou sem recursos...

Por exemplo, o que é que estamos a fazer com os Tarifários?... Sem ponta de prazer, naturalmente cumprindo a lei, mas, com sensibilidade social, estamos, procurando garantir a sustentabilidade e a universalidade do serviço, ainda assim a aprovar Tarifários que, comparativamente com os que são praticados à nossa volta, são muito menos penalizadores para as famílias...

Estamos a apoiar a Actividade Económica e fazendo-o, estamos a ajudar, a contribuir, para que neste Concelho, indicadores como o da evolução do desemprego e o do emprego apresentem resultados dos melhores do Distrito... Estamos a conseguir continuar a manter bons níveis de investimento público... mas, estamos a fazê-lo com o habitual duplo equilíbrio: equilíbrio funcional, na Educação, na Cultura, na Saúde, na Acção Social, nas Infra-estruturas Urbanísticas, no Apoio à Actividade Económica, na Defesa e valorização do Meio Ambiente... mas, estamos a fazê-lo também com equilíbrio espacial... Nós temos que investir nas 12 Freguesias... No Concelho, não pode, em circunstância alguma, haver cidadãos de primeira nem de segunda... por isso, quero dizer-vos que, também no que diz respeito ao combate à crise económica/social, no Concelho de Soure

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

estamos de consciência tranquila, porque estamos, dia a dia, não por palavras mas por acções, a aprofundar, cada vez mais, a Democracia Social!!!...

É verdade, como alguém com responsabilidades políticas neste País dizia, que a Educação é um factor essencial para que possamos ter preocupações sociais, para que possamos até desfrutar da Liberdade... Alguém dizia até que para se ser verdadeiramente Livre, é preciso ser-se educado, mas, também não é menos verdade que a Liberdade sem Justiça e Solidariedade Social seria claramente uma resposta insuficiente, uma resposta “coxa”... por isso, nós achamos que no nosso Concelho estamos perfeitamente lúcidos, temos exactamente a noção do que se passa, dos meios que temos, do que podemos e devemos fazer... por isso, nós podemos afirmar com total tranquilidade de consciência, que estamos a continuar a ser capazes, não apenas de Honrar os Ideais de Abril mas a Homenagear Abril!!!... isso dá-nos total à-vontade para, com a convicção de que acreditamos no que dizemos e pegando naquilo que é uma expressão que nos é muito querida, vos dizer assim: nós acreditamos, mantemos total e completa confiança, que viver no Concelho de Soure, onde quer que seja, continuará a ser cada vez melhor!!!...

Viva o 25 de Abril!...

Viva o Concelho de Soure!...

Viva Portugal!!!...”

Por último, usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, proferindo o seguinte discurso: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Representantes das Instituições Concelhias, Excelentíssimos Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Celebramos hoje mais um aniversário de uma das datas mais marcantes do nosso País: a Revolução Democrática do 25 de Abril de 1974, e é uma grande honra poder usar da palavra nesta Sessão, para poder saudar a data que marcou o nascer da Democracia, da Tolerância, da Igualdade, da Descolonização e do Desenvolvimento.

O dia do 25 de Abril regista pois o fim de uma longa e severa Ditadura que durou 48 anos, das mais longas ditaduras na História da Europa, que amordaçou a Liberdade dos Portugueses, que impôs o medo e a tortura, e que condenou gerações aos silêncios, à opressão, ao exílio e à guerra.

Este dia deve pois, além de permitir comemorar dignamente e com solenidade esse feito, servir para lembrar e homenagear os milhares de Portugueses que lutaram para que Portugal fosse um País livre democrático, devolvendo-nos a Liberdade a Democracia.

Ao celebrarmos deste modo o 25 de Abril, é nosso objectivo transmitir, particularmente às novas gerações, que a “Revolução dos Cravos” nos devolveu a Dignidade e o Orgulho em sermos Portugueses, oferecendo, a partir daí, o direito de se poder viver numa Democracia assente em Princípios de Liberdade, de Expressão e de Respeito pelo Homem.

Contudo, decorridos 36 anos, preocupa-nos bastante que embora se tenham registado melhorias nas políticas implementadas pelos governantes, com vista ao aumento do Investimento e à criação de Emprego, continuemos a viver um período muito difícil em que

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2010

assistimos ao agravamento dos problemas de carácter social e económico, ao crescimento do desemprego e, em particular dos nossos jovens, mão-de-obra qualificada e ao abrandamento do investimento. Esperamos que as Políticas Sociais e Económicas tomadas pelos nossos Governantes sejam adequadas e suficientes ao combate do desemprego e que melhorem a situação das nossas Finanças Públicas.

Continuamos a preocupar-nos ainda com os vários problemas existentes, entre outros, nos Serviços de Saúde, da Segurança Social, da Justiça e da Educação.

Não podemos continuar a assistir também à permanente degradação dos Valores que estruturam a nossa Sociedade, que pretendemos Democrática e que, actualmente, se traduzem num aumento desregulado, da marginalidade e do crime organizado, no aumento do desemprego e da pobreza, o que não nos deve deixar indiferentes, pois estamos a caminhar para uma Sociedade cada vez menos justa, pelo que é imperioso cuidar dos valores estruturantes e das regras básicas que devem regular a nossa vida em Sociedade.

Vivemos pois tempos difíceis e não foi certamente com este País que sonhámos em Abril de 1974, por isso devemos unir esforços e assumir o compromisso cívico de, em conjunto, combatermos esta crise.

No actual momento de crise resultante do contexto nacional e internacional, torna-se imperioso que o Governo e, em especial, as Autarquias encontrem as respostas adequadas, pois são muitas as preocupações sobre a nossa Dívida Pública e sobre o débil crescimento económico, mas também sobre os problemas sociais das famílias resultantes de todo este contexto.

O papel das Autarquias no actual momento toma uma dimensão muito relevante, e de grande esperança, pela sua proximidade com as populações, salientando-se de forma especial a sua intervenção, de grande importância, nas vertentes da Acção Social e da Educação, que no actual contexto exigem cada vez mais responsabilidades acrescidas. Neste enquadramento, reconhecemos, com grande satisfação, o trabalho marcante que tem vindo a ser desenvolvido pelo Executivo do nosso Município na procura de soluções às dificuldades existentes.

Não duvidamos que perante o aumento das dificuldades, o Executivo do nosso Município continuará a defender os interesses dos seus Municípios, e fará todos os esforços para encontrar as melhores soluções para o nosso Concelho. De forma competente, dinâmica e dialogante através da proximidade às populações, cremos que a Autarquia terá assim um papel extremamente importante, no combate à maioria dos problemas providenciando as medidas adequadas numa lógica social.

Terminamos, finalmente, congratulando-nos com o Programa das Actividades que integraram o Programa das Comemorações do 25 de Abril, da responsabilidade desta Autarquia, que privilegiou o envolvimento e a participação das crianças e jovens do nosso Concelho no acto das Comemorações, no Concurso “Conhecer Abril” e no momento com que nos apresentaram com “Canções de Abril”.

A todos o nosso muito obrigado pela Vossa presença e aos mais jovens agradecemos pelos belos momentos que nos proporcionaram.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!”

**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em
25 de Abril de 2010**

Procedeu-se à entrega dos prémios relativos ao concurso “**CONHECER ABRIL**”, pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão Comemorativa do 36.º Aniversário do 25 de Abril, cerca das 13,30 horas.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.

O 1.º SECRETÁRIO

António da Silva Letra

A 2.ª SECRETÁRIA

Luisa Margarida Lima Anjo, Dra.